

# TEORIAS, ESCOLHAS E SUSTENTABILIDADE PEDAGÓGICA

*Jara Fontoura\**

*Sírio Velasco\*\**

Recebido em: out. 2010

Avaliado em: dez. 2010

\* Pedagoga, Mestre em Educação Ambiental e Doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jarafonta@gmail.com

\*\* Doutor em Filosofia, co-fundador e professor titular do Mestrado e Doutorado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lopesirio@hotmail.com

Resumo: Esse artigo relata a difícil tarefa da EDUCAÇÃO\EDUCADORA em Educação Ambiental na cidade de Pelotas\RS\Brasil de se fazer ponte\transformação, junto ao meio *acadêmico* e o *popular*, vivenciando com esses grupos a teoria Ecomunitarista de Sírio Velasco, comprovando assim a importância das escolhas teóricas para dar sustentabilidade ao fazer pedagógico e à criação da nova ordem socioambiental.

Palavras-chaves: Educação ambiental. Ecomunitarismo. Ação social transformadora.

## THEORIES, PEDAGOGICAL CHOICES AND SUSTAINABILITY

Abstract: This article describes the difficult task of EDUCATION\EDUCATOR in environmental education in Pelotas\RS\Brazil to bridge/transform the academic and popular environments, experiencing with these groups, the theory Ecommunitarian theory of Sírio Velasco, thus, proving the importance of theoretical choices to give sustainability to teaching and creation of the new socioenvironmental order.

Key words: Environmental education. Ecommunitarism. Life-changing social action.

Durante as inúmeras viagens entre as cidades do Rio Grande e de Pelotas/RS, entre uma leitura e outra, eu vislumbrava a paisagem através da vidraça do ônibus. Num desses momentos, observei, ao meu lado esquerdo, um vilarejo que estava constantemente crescendo e impactando as margens do Canal Santa Bárbara por um lado e por outro, o canal São Gonçalo, o qual passa embaixo da ponte que liga as duas cidades.

Então, comecei a fazer anotações sobre a quantidade de casebres que lá se instalavam e constatei que já havia oitenta casebres de madeira, às margens do Canal Santa Bárbara e, em estado de periculosidade de moradia, havia dezesseis casas.

Esse meu traslado frequente originou-se do fato de eu morar na cidade do Rio Grande, no ano de 1997.

Numa dessas idas e vindas do meu traslado, fiquei perplexa e muito revoltada, quando vi os ocupantes do ônibus em que eu viajava retorcendo-se em intermináveis gargalhadas, devido ao fato de terem visto uma senhora com idade aparente de uns oitenta anos, em pleno dia de muito frio e com chuvisco, defecando e limpando-se junto ao canal Santa Bárbara.

A inquietude começou então a se intensificar dentro de meu ser a cada viagem, dando origem a inúmeros questionamentos, a saber:

- Por que estão lá esses seres humanos desprovidos de tudo?
- Por que os órgãos públicos e o setor ambiental desta cidade permitem que cada vez mais casebres ali se instalem?
- Como podem viver esses seres, se constantemente ocorrem enchentes?
- Por que tanto lixo ao redor daqueles casebres?

Paulo Freire (1995, p. 23), em seus artigos e publicações, ao pensar sobre a opressão sofrida pelos menos favorecidos, costumava dizer que:

A afirmação de que as coisas são assim porque não poderiam ser de outra forma é odientamente fatalista, pois decreta que a felicidade pertence apenas àqueles que têm poder. Os pobres, os deserdados, os excluídos estariam fadados a morrer de frio, não importa se no sul ou no norte do mundo. Somos seres da transformação e não da adaptação.

Nesse contexto de indagações diante do caminhar da humanidade, como forma de iluminar esses passos para busca de alternativas/saídas, surgem teorias, fundamentos éticos, que se diferenciam pela sua concreta proposta, como é o caso da proposta ética do Ecomunitarismo criado por Sírio Lopez Velasco.

Conceituando Ecomunitarismo, segundo Velasco (2003, p. 80), temos que:

Ecomunitarismo é o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas, entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentemente a partir da pergunta O que devo / devemos fazer?

Mas para que esse regime pós-capitalista ocorra, faz-se necessário que se fundamente em princípios éticos.

No livro “Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista”, de Velasco (2008, p. 34-7) vemos que as três normas básicas da ética argumentativa são deduzidas a partir da pergunta que instaura a ética: “O que devo fazer?”. Essas são fundamentadas em princípios de liberdade, busca do consenso e da ética ecológica, a qual propõe que exista um ato linguístico da pergunta: “o que devo fazer?”, mas para que ocorra a existência de tal ato, faz-se necessário a existência da linguagem humana, ou seja, a existência do ser humano em busca da relação ecologicamente saudável, o que no sistema capitalista torna-se inviável.

Na aplicação das três normas fundamentais da Ética à Economia, encontramos a crítica ao capitalismo e a proposta pós-capitalista. A primeira norma da ética trata da liberdade, entendida como condição de moralidade, fala-nos que é o fundamento, em qualquer instância da liberdade, lutar pela liberdade de decidir. O homem não é livre por uma série de condicionais externos, pode fazer algo, mas tem que ter liberdade de decisão.

A primeira norma da ética estabelece: “Devo garantir minha liberdade de decidir, porque ‘Eu garanto minha liberdade de decidir’ é condição de ‘Eu faço a pergunta’: ‘O que devo fazer?’ (VELASCO, 2003, p. 49).

Em caráter ético, a realização feliz da pergunta “O que devo fazer?” remete-nos a pensar que acreditamos em uma resposta consensual para cada instância dessa pergunta, de onde surge a segunda norma da ética assim formulada:

Devemos buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘O que devemos fazer?’ porque Nós buscaremos consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘O que devemos fazer?’ é condição da pergunta ‘O que devemos fazer?’ ser feliz. (VELASCO, 2003, p. 56)

A segunda norma da ética coloca limite na primeira. Através dessa norma, delimita-se o espaço de exercício da liberdade de decisão estipulada pela norma anterior. A busca do consenso de que trata a segunda norma, não significa que haja unanimidade estabelecida. Essa norma é quebrada mediante a concorrência, indiferença e ordens entre as relações estabelecidas pelos seres humanos,

não buscando consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta: O que devemos fazer?

A terceira norma (ecológica) da ética propõe que a existência física dos seres humanos ao interior de uma comunidade produtiva é condição da existência da linguagem humana e, por conseguinte, da existência e realização feliz da pergunta “O que devo fazer?”, essa norma ética apresenta-se como candidata ao papel de fundamento argumentado da conduta ecológica e da luta pela generalização de tal conduta.

Para Velasco (2008, p. 37), a terceira norma da ética diz que:

Devo preservar–regenerar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo porque eu preservo-regenero uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu faço a pergunta “Que devo fazer?” (numa realização feliz).

Logo a seguir o autor esclarece dizendo que?

Quero de imeditato advertir que talvez essa norma não seja última palavra da ética em matéria ecológica e de educação ambiental, dado o caráter utilitarista da visão da natureza ali compreendida. Mas creio que ela é uma base mínima aos efeitos do dispor de um fundamento argumentativo para a importante tarefa que é a preservação-regeneração da Natureza, atividade que faz parte da luta por uma ordem sócio-ambiental ecomunitarista. (p. 38)

A atual crise ecológica é vista, pois, segundo a teoria Ecomunitarista, inseparável do trabalho alienado vigente no capitalismo, trabalho este que consiste em o homem alienar-se de si próprio na medida em que se aliena da natureza.

Citando Velasco (2003, p. 64), tem-se que:

Os efeitos nocivos para a natureza, resultantes da continuidade do modelo de produção-distribuição-consumo imperantes hoje em dia, provocam uma degradação quantitativa de tal magnitude no meio ambiente, que a própria subsistência da humanidade encontra-se em perigo. Este perigo é reconhecido inclusive em fóruns tão marcados pela influência direta dos grandes capitais como: o Clube de Roma. A ameaça de um holocausto ecológico capaz de exterminar a humanidade inteira é uma situação absolutamente inédita na história da espécie humana.

Para Velasco, o Ecomunitarismo é uma ordem socioambiental utópica, um guia da ação que é capaz de articular com base nas três normas da ética e de se manter pela postura de seres humanos em atitude de libertação.

Nada surge por acaso. Quando conheci o livro de Marcos Reigota, “O que é Educação Ambiental?”, por dias, estive com a seguinte frase em meu pensamento: “Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.” (REIGOTA, 1994, p. 54).

Ficava interrogando-me internamente como poderia eu, enquanto educadora, possibilitar esse resgate de cidadania, de vida, de humanidade perdida. Em agosto de 1997, comecei as minhas atividades acadêmicas com o Projeto/Curso Eco Popular, coordenado por mim na UCPel, aberto à participação de acadêmicos, funcionários da Universidade, a profissionais da área de Educação Ambiental e Educação Popular, assim como à população em geral.

Nesse curso, foi-me possibilitado conhecer a educadora Ana Maria Silva que realizava um trabalho com catadores de papelão, pioneiro na cidade de Pelotas. Durante os trabalhos apresentados, Dona Ana, como assim era chamada por todos, cativou os participantes do curso com os relatos de suas experiências em Educação Popular.

Ao final do curso Eco Popular, fui convidada, por amigos catadores de Dona Ana Maria Silva, a conhecer a comunidade que morava debaixo da ponte. Começou, nesse instante, o meu diálogo solidário com a comunidade.

Creio que mais do que isso, deu-se, neste instante, o envolvimento também do coração, da afetividade, da amorosidade, já que para envolver-me com essa comunidade e moradores não poderia eu ser somente profissional e racional. Havia, naquele momento, colocado também todo o meu ser. A afetividade instalou-se como a raiz de uma esplendorosa figueira. Nesse dia, havia ocorrido uma enchente e os moradores estavam em pânico. O diálogo\ponte começou a eclodir.

Possibilitar o diálogo/ponte é fundamental, pois, segundo Paulo Freire (1974, p. 90), esse é o primeiro suporte integrador e possibilitador para o desvelamento da realidade; enfim, de um entendimento real desse processo existencial.

[...] el diálogo no puede existir sin un amor profundo por el mundo y por los hombres. Nombrar al mundo, que es un acto de creación y de re-creación, no es posible sin estar impregnado de amor. El amor es, al mismo tiempo, el fundamento del diálogo y el diálogo mismo...el amor es compromiso hacia los demás hombres.

Em 1998 em uma das aulas de Educação Ambiental para o Bacharelado em Ecologia UCPel, resolvi compartilhar, com os discentes, tal inquietude e convidá-los a conhecer essa realidade socioambiental. Alicerçado nos ensinamentos do educador Sírío Lopez Velasco, ocorreu o início desse processo interligador, de ação sócio\ transformadora .

Para colocar em prática a Educação Ambiental Ecomunitarista na educação formal, segundo Velasco (2008, p. 474), deve-se seguir o seguinte processo:

Vincular os conteúdos a problemas sócio-ambientais da vida dos alunos e dos brasileiros nas áreas de: alimentação, saúde, moradia, higiene, trabalho e ecologia, reservando espaços para discutir essas questões sem medo de se afastar do “conteúdo específico”, b) promover a pesquisa coletiva e individual, devendo o professor exercer o papel de “auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados” numa atividade que visa à “re-descoberta” - “re-construção” dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada, c) sair para trabalhos de campo e/ou criar espaços, mesmo que modestos, na própria escola ou instituição educativa, voltados para atividades de pesquisa descritiva ou experimental (sem descuidar da pesquisa bibliográfica, hoje facilitada pela Internet), d) dialogar na escola (instituição educativa) e/ou “in loco” com conhecedores (escolarizados ou não) do tema em estudo, visando à integração entre os conhecimentos “técnicos” e as suas implicações sócio-humanas.

E dando continuidade ao seu pensar, Velasco (p. 474) ainda reafirma que:

e) a partir do trabalho coletivo e das sistematizações elaboradas com a ajuda do professor e de conhecedores, promover ações voltadas para a informação e a busca de soluções para problemas sócio-ambientais existentes na escola ou instituição educativa, no bairro desta, no bairro de residência dos alunos e/ou na comunidade onde for realizada a pesquisa. Uma hipótese básica de tal proposta é a de que, mesmo se assumindo como “dados” os atuais conteúdos curriculares, uma EA ecomunitarista, assim como foi definida acima, pode ser posta em prática, no dia-a-dia, das diversas disciplinas e/ou atividades. Assim pensamos numa proposta que não possa ser impugnada desde a “legalidade” vigente (particularmente no que tange aos conteúdos dados como pré-requisitos programáticos para a série seguinte) e que seja realista, isto é, aplicável em qualquer escola no que diz respeito aos recursos utilizados; não há carência de recursos que possa resistir à clareza teórica, à boa vontade e à imaginação do educador engajado na pedagogia problematizadora. Parte inerente a essa EA ecomunitarista é uma educação sexual que eduque para o prazer compartilhado e conforme as três normas fundamentais da ética. Essa educação haverá de criticar-superar o machismo, a culpabilização da masturbação e a discriminação das/dos homossexuais.

Pela primeira vez, os discentes puderam ver, sentir e se posicionar de fato sobre a realidade sofrida pelos moradores da ponte que liga as cidades de Pelotas e Rio Grande/RS, situada às margens do canal Santa Bárbara, na BR 392.

Figura 1: Discentes de vários cursos em atuação junto à comunidade



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Leandra Costa

O desafio colocado às universidades, sejam elas públicas ou privadas, é desvelar o comprometimento real, assumindo-o e concretizando-o diante de seu público docente e discente, assim como da própria sociedade.

Urge aprender a realizar atividades integrativas, em que haja espaço para o surgimento do cidadão que, segundo Morin (2000), questione sua condição humana, pois isso é questionar o possibilitar do sujeito com identidade terrena, tornar-se um ser cósmico com compreensão mútua, ético, criativo. Então, um ser que entenda a importância da dúvida, da incerteza, assim, capaz de pensar, através da análise complexa, abrangendo leituras interna e externa, o mundo em que vive. E, para tal, faz-se necessária a fusão entre os três grandes eixos que movem a instituição universitária: *ensino, pesquisa e extensão*.

Tem-se que conseguir, através das práticas e teorias, avançar rumo à harmonia de segmentos tão relevantes à construção de uma sociedade mais ética/humana.

A realidade dessa comunidade era muito sofrida, pois fome, frio, desemprego, falta de moradia adequada, enchentes constantes, desesperança, doenças, falta de luz e de água faziam parte do seu dia-a-dia. Esse local era proibido para moradia, devido aos riscos ambientais. As crianças participavam como adultos no trabalho de catação do lixo ou na pesca. Muitas dessas crianças tinham que, desde cedo, assumir a responsabilidade da casa e o cuidado com os irmãos menores.

Figura 2: Menina Karina olhando com tristeza a inundação no seu barraco



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Leandra Costa

Os discentes que participaram do Projeto puderam vivenciar a sua cidadania planetária e a experiência significativa da unificação do ensino, pesquisa e extensão, pois teoria e prática comungavam do mesmo cálice.

A libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de coisas, já dizia Freire em 1987. Por isso, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho – também não é libertação de uns feita por outros”. (FREIRE, 1987, p. 55).

O projeto Ecomunitarismo foi apresentado em seminários e simpósios em outras cidades e estados durante os sete anos de execução. Nesse período, vários trabalhos acadêmicos de conclusão de curso foram identificados com um grande índice de comprometimento socioambiental, TCCs (Trabalho de Conclusão de Curso).

Foi-me solicitada a orientação dos trabalhos acadêmicos\TCCs. Foram eles: “Educação Ambiental como elo interdisciplinar dentro ensino Formal”, em 1999, de Claudia da Silva Camargo; “Implantação do clube de Educação Ambiental na praça Manuel Marques da Fonseca Junior”, de Renata Aires de Freitas; “A ética como suporte básico para o desenvolvimento da Educação Ambiental”, de Mônica da Silva Lobo; “Fundamentação Ecológica e Educacional em atividades de reflorestamento” de Leonardo Vieira; e “O Uso da linguagem SMIL para a Educação Ambiental na WEB”, de Rodrigo Maia.

Nessa fase, também começou a crescer certo respeito pela Educação Ambiental dentro da UCPel. A proposta da Educação Ambiental, norteadada pela Ética Ecomunitarista, já fazia eco dentro da instituição universitária entre os vários cursos. Velasco (2008, p. 179) acredita que:

Para fazer possível um mundo de pessoas pacíficas essa Educação Ambiental não pode fugir do combate, pois isso significaria deixar o terreno para os vampiros sem função ecológica, que são os donos do mundo hoje. Para efetivar o que de ela se espera a E.A Ecomunitarista deve aprender a combinar o ensino aprendizagem da sala de aula com a ação comunitária.

Embora tenha sido muito difícil a aceitação, é mister ressaltar que a disciplina de Educação Ambiental só foi ministrada na UCPel a partir de minha defesa sobre a mesma junto ao curso de Bacharelado em Ecologia em 1998. Os responsáveis, na época, pela área ambiental, não conseguiam compreender a dimensão da Educação Ambiental. Atualmente, essa proposta socioambiental-interacionista já está incluída em cursos como Turismo, Química Ambiental, Biologia, Ecologia e, mais recentemente, no curso de Pedagogia, com um olhar ecopedagógico.

Outros cursos já começam a possibilitar espaços para discussões sobre a importância da formação acadêmica/profissional, tendo como orientação a construção do saber socioambiental. Observa-se tal fato nas semanas acadêmicas organizados por cursos da UCPel como Arquitetura e Engenharia.

O curso de Direito, embora tenha uma disciplina sobre Direito Ambiental, ainda navega pelas margens, deixando inexplorado o diversificado fundo do mar. Mas o importante é que, aos poucos, a Educação Ambiental começa a ocupar o seu devido lugar no ensino formal universitário. E, comungando com esse pensar e ampliando-o, encontramos Leff que orienta para que as universidades tenham um olhar diferenciado e comprometido com as questões ambientais, argumentando que:

Figura 3: Discente de Ecologia desenvolvendo atividade de Educação Ambiental



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Neuza Silva

As universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações nas quais existem os problemas ambientais, captando os problemas a partir das bases e desenvolvendo a elas o saber elaborado para sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental. As universidades devem incorporar temas como o resgate de saberes autóctones e populares, o amálgama de práticas tradicionais com conhecimentos tecnológicos modernos, assim como transmissão do saber ambiental e sua assimilação por parte das comunidades, para potencializar suas forças produtivas e a capacidade de auto gerir seus processos de desenvolvimento. A formação ambiental implica assumir com paixão e compromisso a criação de novos saberes e recuperar a função crítica, prospectiva e propositiva do conhecimento; gerar um saber eficaz e inventar utopias capazes de levar os processos de mudanças histórica a ideais de igualdade, justiça e democracia; criar novos conhecimentos, métodos e técnicas para construir uma nova racionalidade social, na qual os valores culturais e os potenciais da natureza, desdenhados pelo empenho produtivista da modernidade, orientem o renascimento da humanidade do novo milênio (LEFF, 2001, p. 220-1).

No ano 2000, novamente fui procurada a fim de orientar trabalhos de conclusão de na área socioambiental, porque muitos estudantes oriundos de outros cursos (Análise de Sistemas, Informática) não podiam contar com seus professores, pois esses diziam não se sentirem aptos para orientar tal enfoque. Esses estudantes, na época, haviam assistido a palestras sobre Educação Ambiental e muitos possuíam colegas que faziam parte do Projeto Ecomunitarismo.

Os trabalhos de conclusão de curso, em 2000, foram: “Integração WEB SGBD: Estudo Visando suporte a um site de Educação Ambiental para a Região de Pelotas”, de Edson Vieira Gonçalves; “Educação Ambiental via WEB: Tecnologias a serviço da comunidade”, de Maria Reneida da Silva Veleda; e “Administração de Serviço de Rede em Suporte a um site de Educação Ambiental”, de Márcia Roberta Nova Loi.

Assim, com essas defesas de TCCs, aos poucos, a Educação Ambiental começava a interagir e se solidarizar junto a outros grupos e cursos diferenciados. Para Velasco, educar-se é “conscientizar-se com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade eco-social, rumo a uma ordem socioambiental sustentável” (VELASCO, 2008, p. 38).

Em 2001, tivemos nosso credenciamento junto à Reitoria da UCPel, ficamos contentes eu e os discentes, pois poderíamos usar o nome da universidade nos panfletos, nas entrevistas e nas rádios. Logo em seguida, nosso trabalho também ganhou reconhecimento através dos meios de comunicação, tais como: Diário da Manhã, Diário Popular, RBS TV, Rádio Universitária, Rádio Pelotense, entre outros.

Nessas ocasiões, percebíamos o quanto tínhamos avançado e, por isso, mais crescia o nosso comprometimento diante daquelas pessoas. Mas algo nos inquietava, porque todos os anos era necessário refazer muito do que já havíamos realizado, já que, a cada nova enchente, recomeçávamos tudo de novo.

Realizávamos muitas assembleias a fim de estabelecer nossas metas. Acadêmicos e moradores da comunidade São Gonçalo abraçavam, juntos, a problemática socioambiental com vistas a soluções para tais problemas. Crescia, assim, um grande elo entre o saber acadêmico e o popular. Nesse momento, possibilitamos, através de muito debate, a eleição na comunidade. No início, não havia candidatos, mas, em seguida, uma senhora chamada Gracinda Feijó candidatou-se, nascendo aí a força feminina dentro da comunidade pela primeira vez.

Figura 4: Líder Gracinda de Feijó



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo\ fotografia de Leandra Costa.

O grito feminino fez-se forte e assumiu sua existência. Gracinda candidatou-se pelo lado dos pescadores e, logo em seguida, outra senhora pelo lado dos catadores de papelão, a conhecida Dona Cica (Geneci da Silva Freitas), também se candidatou.

Figura 5: Líder Dona Cica



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Neuza Silva

Os homens da comunidade ficaram surpresos com a atitude das senhoras candidatas à eleição.

Penso que estávamos, nesse exato momento, vivenciando, na comunidade, a libertação do oprimido, através do diálogo crítico e esperançoso que Paulo Freire tanto solicitava em suas inúmeras palestras pelo mundo.

Começamos a realizar passeatas pela cidade, participamos de debates nos meios de comunicação, fizemos exposição de fotos sobre o Projeto em vários segmentos da sociedade pelotense e também foi criado um hino da comunidade.

O ex-aluno Júlio Cesar Botelho Guarany, do Projeto Ecopopular/1997, fez um hino para a comunidade, que era cantado em todas as manifestações públicas. O hino, ao ser cantado pelos moradores, era o retrato/cantado/fiel de suas lutas. O título da música era “*TUDO SE TRANSFORMA*”<sup>1</sup>

#### *TUDO SE TRANSFORMA*

*LETRA E MÚSICA/JULIO GUARANY*

Os Catadores de lixo da minha cidade  
Que reciclam ideias e revelam verdades.  
Tem alguns que também são biscateiros  
São biscates de sobrevivência  
Carpinteiros, pedreiros e faxineiras.  
“É labuta do pão, é permuta de suas consciências”  
São pescadores e artesãos de suas próprias redes  
Navegam em rios, mares e lagoas em busca do peixe.  
São verdades e lembranças  
Do lixo vêm novas heranças  
É uma dádiva, poder transformar  
Uma lata, um vidro, o plástico, o papel, o papelão.  
“*Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*” (Lavoisier)  
Transformar o lixo, a matéria em comida  
Transformar os espíritos, as ideias e os vícios  
Tudo em benefício, tudo em benefício...

Os discentes começavam a organizar as atividades com mais autonomia e determinação referentes à sua área de estudo.

---

1 Júlio Cesar Botelho Guarany, terapeuta e educador ambiental.

Figura 6: Reportagens de jornais



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

As atividades do projeto Ecomunitarismo foram sendo acentuadas; e começamos a receber, diariamente, solicitação para encaminhamentos de nossas necessidades socioambientais junto às diversificadas instituições, tais como: escolas da rede estadual, municipal, particular, ONGs, instituições religiosas de vários segmentos católico/espírita, Grupo Cidadania e Vida, grupos da terceira idade/ Grupo Girassol (que confeccionava, com restos de retalhos, os enxovais para as gestantes e crianças da comunidade), comércio em geral, exército, grupos ligados à arte e música, Associação dos Funcionários da UCPEL, IBAMA, outras universidades como FURG e UFPEL através de alunos voluntários.

Figura 7: Grupo Girassol / terceira idade



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Vilsom Lima

Entre as diversas atividades desenvolvidas pelos discentes junto à comunidade, houve: pintura dos casebres; limpeza através de mutirão na comunidade; curso de liderança comunitária; entrega de água em cisternas; através da 8ª Infantaria do Exército, participação das crianças da comunidade São Gonçalo no Primeiro Festival de E.A no auditório da UCPEL; reunião com IBAMA a fim de buscar soluções sobre o corte da palha de santa fé e da pesca; reforço escolar; arrecadação de material para a reconstrução das casas que haviam sido afetadas pelas enchentes; encaminhamentos a diversos setores da prefeitura sobre a problemática socioambiental da comunidade (lixo, água, luz, enchentes, moradia/

terreno); atendimento, junto aos postos de saúde; de crianças e gestantes doentes; acompanhamento nos estudos das crianças que estavam matriculadas nas escolas; oferecimento de cursos profissionalizantes na parte de cestaria e cabeleireiro e a criação de vários subprojetos os quais foram dirigidos pelos discentes de acordo com sua área de estudo.

No livro "O contrato Social da Ciência", organizado por Alexandre Pedrini e editado pela editora Vozes, em 2002, contamos nossa experiência socioambiental junto aos catadores e pescadores da Comunidade São Gonçalo, através de vinte nove páginas.

As lideranças começaram a participar de muitos cursos junto aos setores públicos. Enfim, a luta comunitária realmente surgiu das cinzas.

E em primeiro de junho de 2002, a comunidade, após várias tentativas junto à Prefeitura para conseguir um assentamento das famílias em um local seguro, decidiu invadir um terreno conhecido como território da CEVAL. Os discentes, eu e os moradores da ponte/Comunidade São Gonçalo demos início a mais uma ousada luta pela qualidade de vida, pela justiça social, pela Ética Ecomunitarista.

Figura 8: Terreno da Ceval



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Vilsom Lima

Esse terreno estava abandonado fazia muitos anos, devido ao fato de a fábrica que ali havia se instalado, ter fechado.

Ocorreram várias reuniões junto aos órgãos públicos, intermináveis negociações e ameaças por parte das autoridades. Medo, insegurança, desarmonia, começaram a se instalar nos sonhos e objetivos.

Foram três longos anos de negociações, até que no mês de setembro de 2004, através da Secretaria de Habitação, conseguimos a legalização do terreno e junto à Caixa Econômica Federal o auxílio para a construção de noventa e oito casas em regime de mutirão, período em que a prefeitura estava sendo dirigida pelo Partido dos Trabalhadores. As negociações com o prefeito Marroni, foram fundamentais para aquisição do terreno.

Os moradores tiveram que participar de cursos para aprender a construir suas próprias casas.

Figura 9: Jornal Diário Popular construção das casas em mutirão



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo

A equipe de discentes observava muitas conquistas que estavam acontecendo o tempo todo. Havia uma alegria nos rostos da comunidade; as gestantes começaram a gerar bebês mais saudáveis; hortas eram construídas no lugar de acúmulo de lixo; as crianças estavam mais limpas e com uma resistência em

termos de saúde; os pais satisfeitos com os encaminhamentos de sua documentação perdida na época das enchentes; a busca de alternativas de renda também era motivo de autoestima.

O potencial humano começava aflorar em cada ser da comunidade São Gonçalo. Houve uma ocasião em que a equipe de discentes fora levar uns vídeos para a comunidade e um senhor assim se expressou:

- Pessoal, venham ver os vídeos do tempo que a gente era pedinte!
- Venham logo porque agora a gente vê que virou gente de verdade!

A descodificação é a análise e conseqüente reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas de ultrapassagem. [...] o que antes era fechamento, pouco a pouco vai se abrindo, a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se crítica (FREIRE, 1987, p. 11).

Em 2004, novos discentes interessaram-se pela Educação Ambiental, realizando seus trabalhos de conclusão de curso com novos enfoques dentro da visão socioambiental, entre eles estão: Rodrigo Zanatto Nobre, com “A Educação Ambiental desvelando o potencial turístico ambiental no Município de Pelotas”; Leonardo Marsal Bahamonde Hebeyche com “A ecologia cumprindo o seu papel social junto ao galpão de reciclagem da coleta solidária na cidade de Pelotas”; Manuela Kaster da Silva com “A ecologia sendo vivenciada através da Educação Ambiental”; e Denise Weber com “Construindo a cultura socioambiental através do manejo e conservação das aves no ensino formal”.

Entre os anos de 2004 e 2005, os discentes conseguiram provar, já no novo terreno Ceval, através da construção das novas moradias e ruas, aquisição da legalização da terra, que é possível vivenciar a cidadania, elaborar trabalhos significativos e éticos em prol da comunidade/mundo planetário, para eles pensarem por suas próprias ideias, criarem, agirem, serem agentes de transformação e não de adaptação, mesmo quando todo o entorno não lhes é favorável, verificando que eles são muito mais do que notas no final de um semestre.

O educador Paulo Freire (1987, p. 56), ao pensar sobre a prática de uma pedagogia humanizadora, assim se expressava:

Para tanto, é urgente que se faça necessário a prática de uma pedagogia humanizadora, não qual seja estabelecida uma relação de diálogo permanente. Em que: “Educador e educando, (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e assim, criticamente conhecê-la; mas também no ato de recriar este conhecimento.

Foram sete anos de lutas (1998/2005) e aprendizagens socioambientais e no final do Projeto Ecomunitarismo, conseguimos desenvolver dentre muitas conquistas, a importante tarefa de possibilitar aos moradores da comunidade São Gonçalo, a concretude do sonho da busca de sua cidadania, através da aquisição e da construção de noventa e oito moradias, em um lugar adequado, assegurando-lhes conjuntamente um viver socioambientalmente ético.

Figura 10: Comunidade organizada por quadras e números



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia Jeferson Schmidt

Figura 11: Casa da menina Karina, hoje adolescente



Fonte: Arquivos do Projeto Ecomunitarismo / Fotografia de Jeferson Schmidt

Fomos também protagonistas da defesa de Dissertação no Mestrado em Educação Ambiental do acadêmico Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva, que também, por um período breve, participou junto à comunidade de catadores de papelão e pescadores.

A defesa de sua Dissertação deu-se em 2006, intitulada “A Educação Ambiental e o Projeto Ecomunitarismo na cidade de Pelotas-RS: uma análise qualitativa de resultados”.

Os ex-discentes ingressaram nos cursos de pós-graduação na área de Educação Ambiental, muitos deles motivados pelo Projeto Ecomunitarismo, outros pela disciplina de Educação Ambiental oferecida na grade curricular dos cursos da UCPel e ministrada por mim naquela ocasião.

Hoje prestes a defender a minha tese de doutorado em Educação Ambiental, e não fazendo mais parte do corpo docente da UCPel, depois de doze anos, fica a seguinte indagação:

— Por que a Universidade UCPel não assegurou a continuidade do Projeto Ecomunitarismo, justificando assim o seu comprometimento ético, socioambiental junto à comunidade popular e acadêmica?

— Por que o poder público deixou instalarem-se lá, às margens do canal Santa Bárbara, na BR 392, mais doze casebres em 2010?

— Por que a sociedade pelotense, não conseguiu manter os ganhos socioambientais do passado?

Onde está a nossa responsabilidade socioambiental diante do presente e futuro?

Finalizo este artigo dizendo: Descubro-me, entendo-me e me comprometo enquanto educadora ambiental, ao mesmo tempo em que me construo e reconstruo diariamente através do entrelaçamento das teias teóricas. Teorias essas que fazem parte das escolhas que fiz e dão sustentabilidade ao meu fazer pedagógico.

Ao viabilizar a concretude de vivenciar o aporte teórico, afirmo a indissolúvel relação: Educação e Ambiente e reafirmo que entre avanços e retrocessos, o Projeto Ecomunitarismo possibilitou a tarefa mais relevante, que foi o conhecimento, na prática, da Teoria Ecomunitarista, junto ao meio *acadêmico* e o *popular*, demonstrando nesses sete anos de execução a possibilidade de fazermos uma Educação Ambiental séria, crítica, inovadora, transformadora, ética e comprometida com o seu ontem, hoje e amanhã, assegurando assim a nova ordem socioambiental.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA DA SILVA, Paulo Ricardo Granada. **A educação ambiental e o projeto ecomunitarismo na cidade de Pelotas-RS: uma análise qualitativa de resultados**. 2006. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientización**. Buenos Aires: Busqueda, 1974.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFF, Enrique. **O saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília, DF: Cortez, 2000.

PEDRINI, Alexandre. **O contrato social da ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VELASCO, Sírío Lopez. **Ética de la liberación (OIKO-NOMIA)**. Campo Grande, MS: CEFIL, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ética de la producción: fundamentos**. Campo Grande, MS: CEFIL, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ética de la liberación-política socioambiental ecomunitarista**. Rio Grande, RS: EDEGRAF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ética para o século XXI**. Rumo ao ecomunitarismo. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

\_\_\_\_\_. A E. A. Ecomunitarista e a síntese de Freire e Saviani. **Revista Eletrônica Mestrado de Educação Ambiental**, Rio Grande, RS, v. 20, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Introdução à educação ambiental ecomunitarista**. Rio Grande: Ed. FURG, 2008.

\_\_\_\_\_. **UCRONÍA**. Rio Grande: Ed. FURG, 2009.